

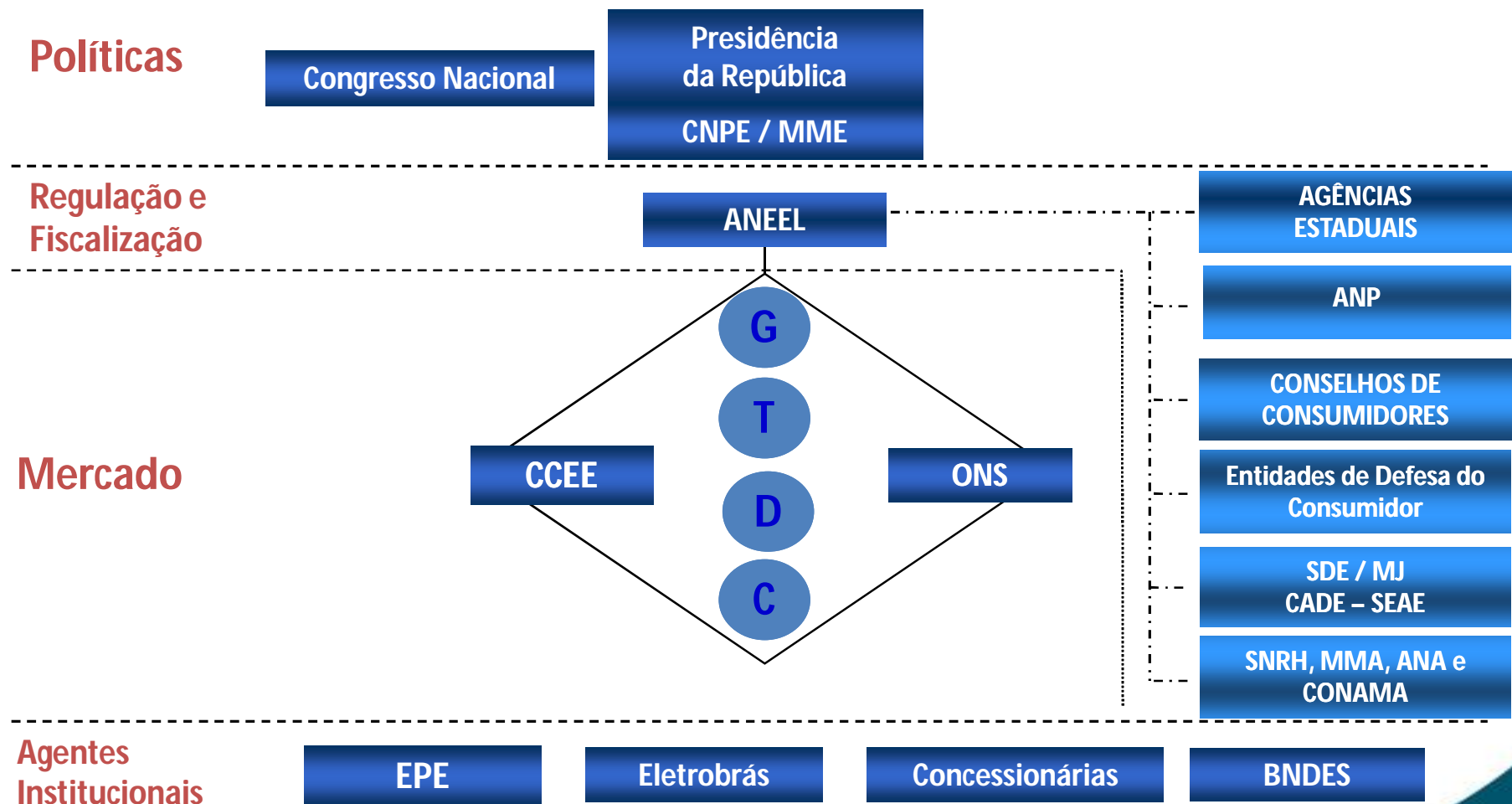
INMETRO

PAINEL SETORIAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Marcos Bragatto
Superintendente de Regulação
dos Serviços Comerciais

Rio de Janeiro – RJ
24 de setembro de 2013

Cenário Institucional



Competências da ANEEL

REGULAMENTAÇÃO

Onde for necessária – sob previsão legal

FISCALIZAÇÃO

Orientar e prevenir – aplicar penalidades quando necessário.

MEDIAÇÃO

Solução de conflitos

Leilões de energia

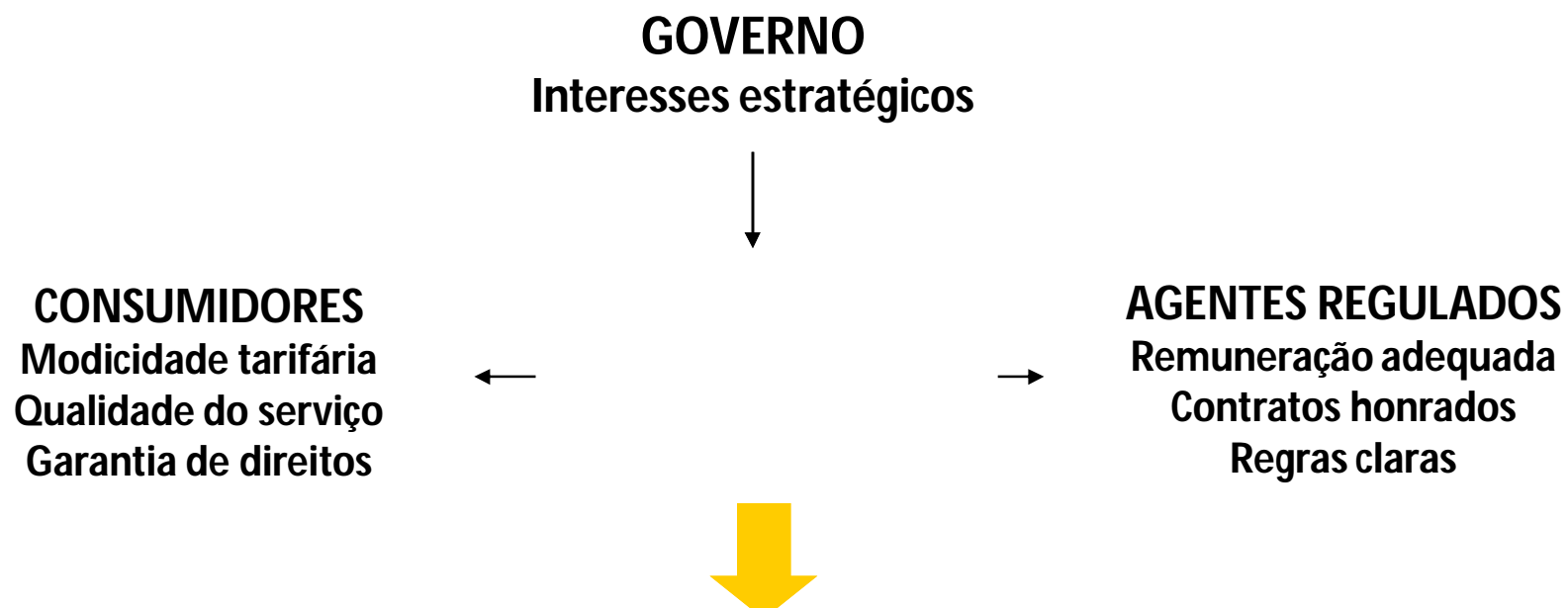
Leilões para novos empreendimentos
(G e T) (*)

Autorizações(*)

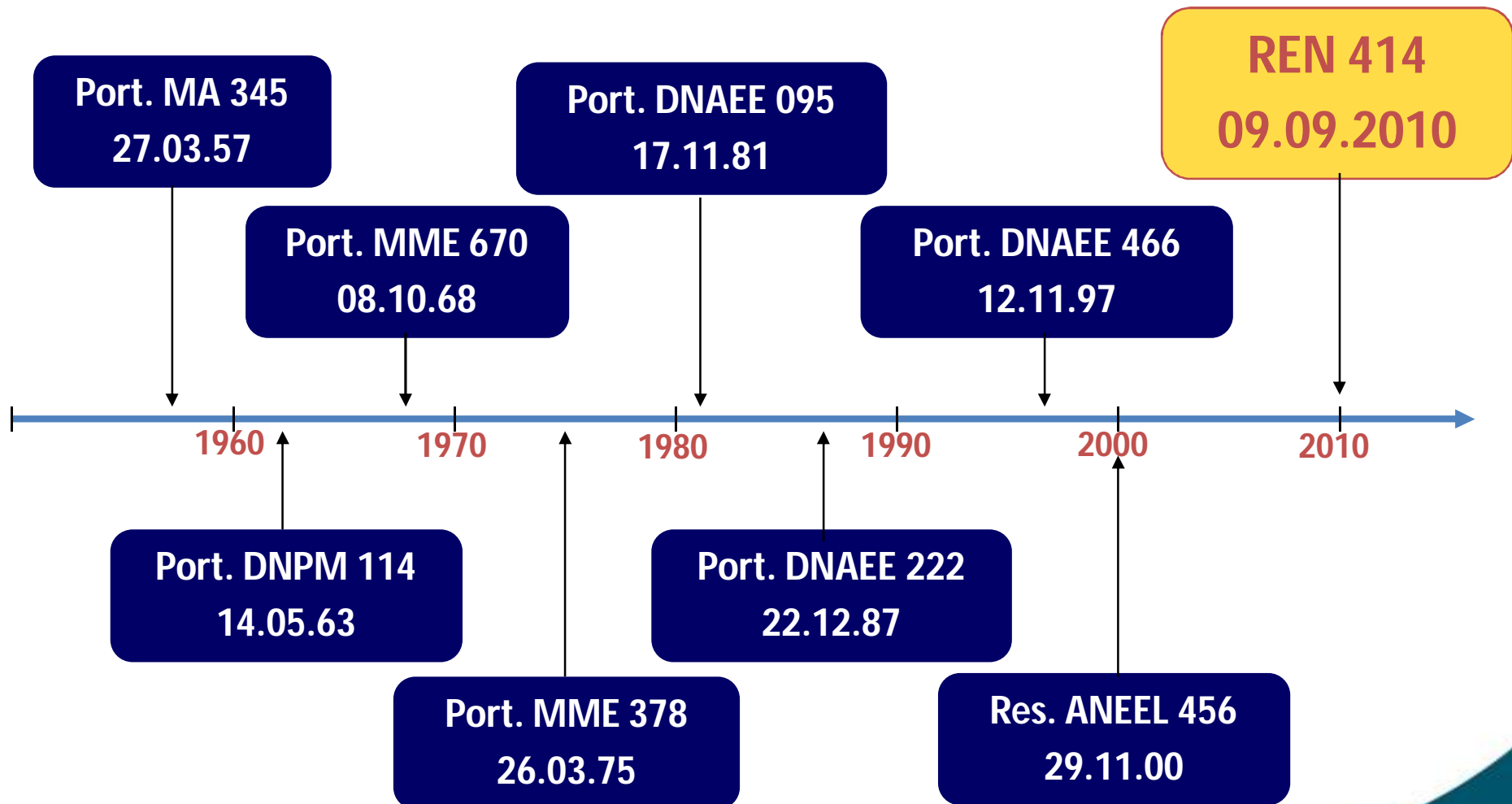
Delegação do Poder Concedente (*)

Missão:

Proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade.



CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

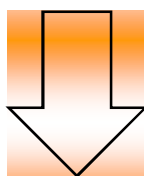


DEFINIÇÃO: Art. 2º – Inciso XXXIX

Serviço público que tem por objetivo exclusivo prover de claridade os logradouros públicos, de forma periódica, contínua ou eventual.

Tarifas aplicadas

ATIVOS DO
PODER PÚBLICO
MUNICIPAL



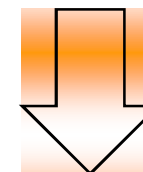
TARIFA B4a

Ponto de entrega:
Rede de distribuição

R\$/kWh **0,14341***

**A depender da
posse dos
ativos, tem-se
tarifas
diferenciadas.**

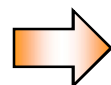
ATIVOS
DA
DISTRIBUIDORA



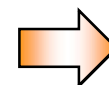
TARIFA B4b

Ponto de entrega:
Bulbo da lâmpada

R\$/kWh **0,15693***



+ 9,43%



*Copel-Dis (REH 1.541, 20/06/13)

**De quem é a
responsabilidade?**

Reza a Constituição Federal:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

.....

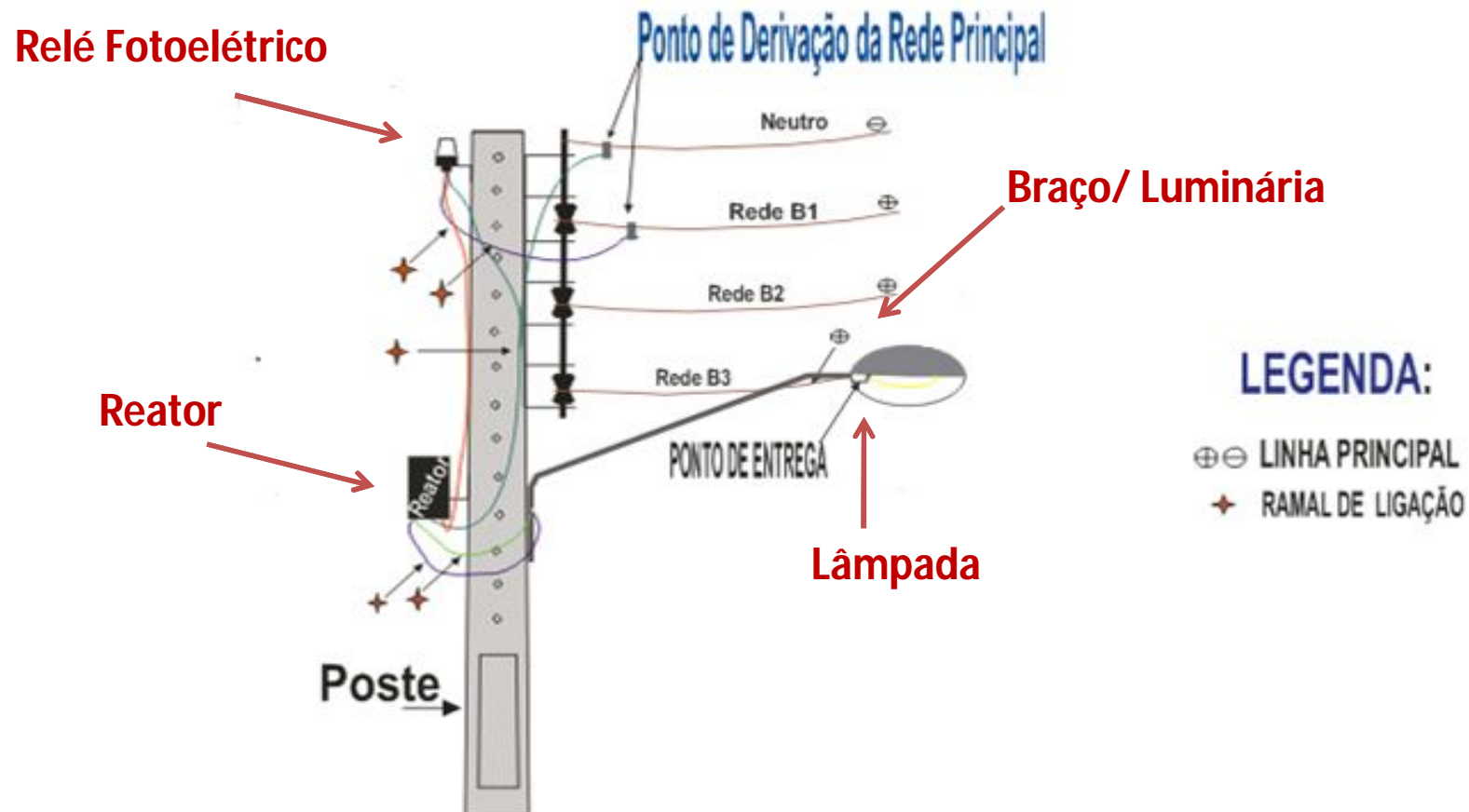
*V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os **serviços públicos de interesse local**, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;”*

A responsabilidade é do **MUNICÍPIO**.

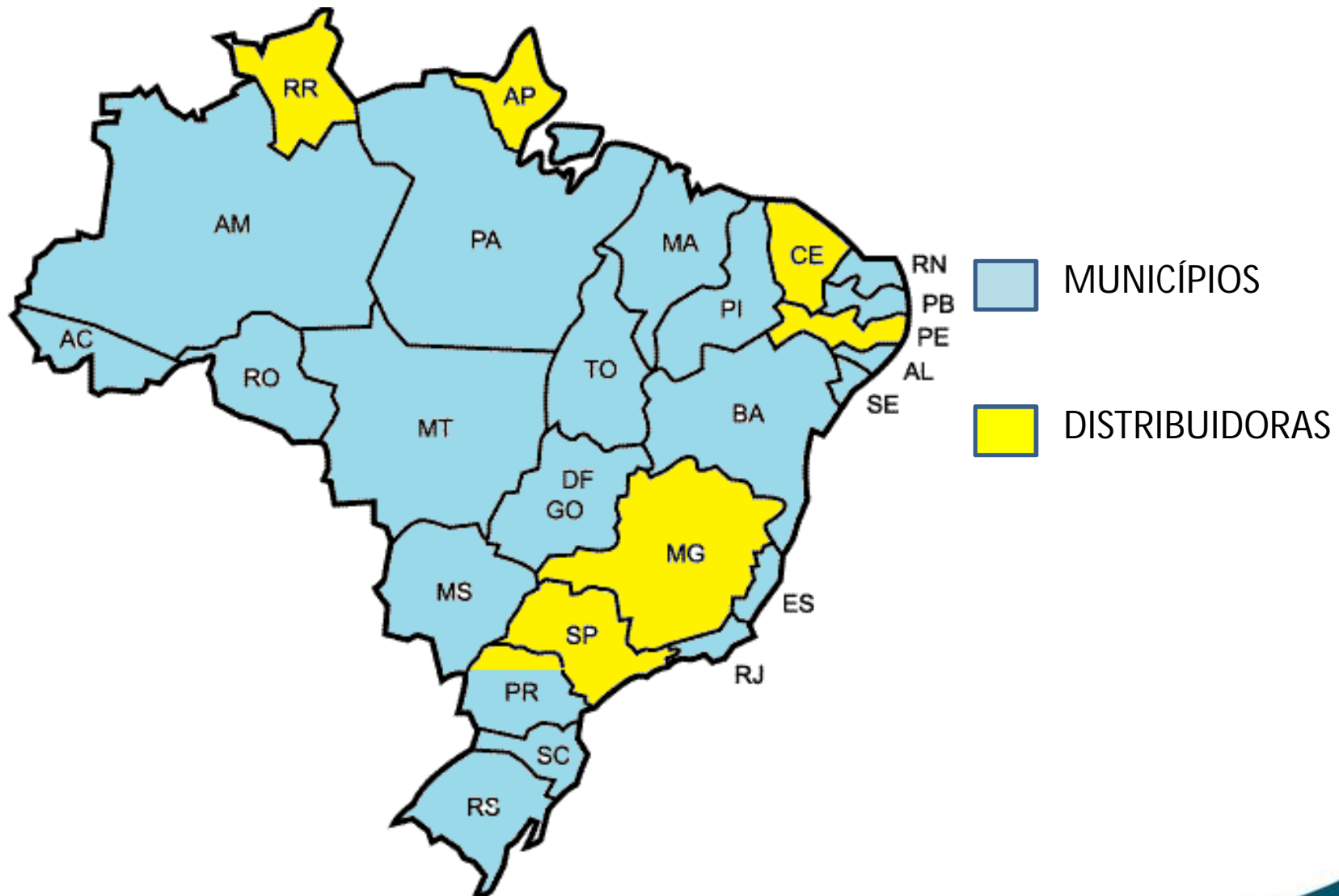
Este pode prestar o serviço diretamente ou sob regime de concessão ou permissão

A distribuidora pode prestar esses serviços mediante contrato específico.

O que será transferido?



SITUAÇÃO ATUAL:



CUSTEIO

Emenda Constitucional nº 39, de 19/12/2002.

“Art. 149-A. Os Municípios e o Distrito Federal **poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III.**

Parágrafo único. É facultada a cobrança da contribuição a que se refere o caput, na fatura de consumo de energia elétrica.”

CRONOGRAMA DE TRANSFERÊNCIA

ARTIGO 218 – REN 414/2010

Art. 218. “A distribuidora deve transferir o sistema de iluminação pública registrado como Ativo Imobilizado em Serviço – AIS à pessoa jurídica de direito público competente.

§ 1º A transferência à pessoa jurídica de direito público competente deve ser realizada sem ônus, observados os procedimentos técnicos e contábeis para a transferência estabelecidos em resolução específica. (REN 480/2012).

ARTIGO 218 – REN 414/2010

§ 2º *Até que as instalações de iluminação pública sejam transferidas, devem ser observadas as seguintes condições:*

I – *o ponto de entrega se situará no bulbo da lâmpada;*

II – *a distribuidora é responsável apenas pela execução e custeio dos serviços de operação e manutenção; e*

III – *a tarifa aplicável ao fornecimento de energia elétrica para iluminação pública é a tarifa B4b.*

ARTIGO 218 – REN 414/2010

§ 3º A distribuidora **deve atender** às solicitações da pessoa jurídica de direito público competente quanto ao **estabelecimento de cronograma** para transferência dos ativos, desde que **observado** o prazo limite de **31 de janeiro de 2014**.

ARTIGO 218 – REN 414/2010

§ 4º *Salvo hipótese prevista no § 3º, a distribuidora deve observar os seguintes prazos máximos:*

I – até 14 de março de 2011: *elaboração de plano de repasse às pessoas jurídicas de direito público competente dos ativos referidos no caput e das minutas dos aditivos aos respectivos contratos de fornecimento de energia elétrica em vigor;*

II – até 1º de julho de 2012: *encaminhamento da proposta da distribuidora à pessoa jurídica de direito público competente, com as respectivas minutas dos termos contratuais a serem firmados e com relatório detalhando o AIS, por município, e apresentando, se for o caso, o relatório que demonstre e comprove a constituição desses ativos com os Recursos Vinculados à Obrigações Vinculadas ao Serviço Público (Obrigações Especiais);*

ARTIGO 218 – REN 414/2010

III – até 1º de março de 2013: encaminhamento à ANEEL do relatório conclusivo do resultado das negociações, por município, e o seu cronograma de implementação;

IV – até 30 de setembro de 2013: encaminhamento à ANEEL do relatório de acompanhamento da transferência de ativos, objeto das negociações, por município;

V – até 31 de janeiro de 2014: conclusão da transferência dos ativos; e

VI – até 1º de março de 2014: encaminhamento à ANEEL do relatório final da transferência de ativos, por município.

ARTIGO 218 – REN 414/2010

§ 5º *A partir da transferência dos ativos ou do vencimento do prazo definido no inciso V do § 4º, em cada município, aplica-se integralmente o disposto na Seção X do Capítulo II, não ensejando quaisquer pleitos compensatórios relacionados ao equilíbrio econômico-financeiro, sem prejuízo das sanções cabíveis caso a transferência não tenha se realizado por motivos de responsabilidade da distribuidora.*

ITEM 21

Reunião Pública Ordinária de Diretoria – 24/09/13

21. Processo 48500.002402/2007-19

Assunto: *Proposta de abertura de Audiência Pública com vistas a colher subsídios e informações adicionais à proposta de prorrogação do cronograma de transferência dos ativos de iluminação pública, previsto no art. 218 da Resolução Normativa nº 414/2010.*

PROPOSTA

*Municípios com até 50 mil habitantes (Censo IBGE/2010),
prorrogação do prazo final para 31 de dezembro de 2014;*

*Demais municípios, permanecem com prazo final em 31 de
janeiro de 2014.*

*Justificativa: Pleito dos Municípios de menor porte, diante da
necessidade da formação de consórcios para redução de
custos.*

PROPOSTA

Assinatura de um Termo de Responsabilidade a ser encaminhado para a ANEEL (por Município), por meio do qual a distribuidora assegura que os ativos encontram-se em condições operacionais de funcionamento.

PROPOSTA

Audiência Pública – Prazo para envio das contribuições → 30 dias;

***Sessões presenciais:
São Paulo, Belo Horizonte e Recife.***

Considerações finais:

Liminares (Ações Judiciais)

**Tratamento pela Procuradoria Geral –
ANEEL.**

Considerações finais:

Ponto Central - GESTÃO:

- melhoria da qualidade;**
- redução do consumo (kWh);**
- redução de custos.**

Correta orientação; e
Capacitação aos Municípios – PEE
Programas de Eficiência Energética.

Obrigado!

Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL
Superintendência de Regulação dos Serviços Comerciais – SRC
Marcos Bragatto
bragatto@aneel.gov.br
61 2192 8646
61 9968-4858
www.aneel.gov.br